



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1012986-27.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Prestação de Serviços**
 Requerente: **Colégio Cecilia Meireles S/s**
 Requerido: **Daniela Buttignon**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **FLAVIA DE ALMEIDA MONTINGELLI ZANFERDINI**

Vistos.

COLÉGIO CECILIA MEIRELES S/S LTDA - EPP, devidamente qualificado nos autos ajuizou AÇÃO DE COBRANÇA em face de DANIELA BUTTIGNON, igualmente qualificada, alegando, em síntese, que é credor da ré na importância de R\$ 12.555,07, referente ao contrato de prestação de serviços educacionais, firmado para que GABRIELLY BUTTINGNON, filha da ré, frequentasse as aulas do 5º ano do ensino fundamental em 2013.

Juntou documentos (fls. 12/19).

A ré, em contestação às fls. 34/39, suscitou preliminarmente o reconhecimento da prescrição. No mérito, alegou abusividade de cláusula contratual, "*bis in idem*" entre o abono pontualidade e a multa. Reconhece o valor da dívida em R\$ 6.196,50.

Juntou documentos (fls. 47/53).

Em manifestação às fls. 57/58 a autora apresentou impugnação ao pedido de justiça gratuita e a preliminar de prescrição.

Decisão às fls. 64 designou audiência de conciliação.

Termo de audiência de conciliação com resultado infrutífero (fls. 75).

É uma síntese do necessário.

FUNDAMENTO E DECIDO.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

De início, rejeito a impugnação do pedido de justiça gratuita, isso porque a parte autora não comprovou suas alegações. Defiro, portanto, os benefícios da justiça gratuita à ré Daniela Buttignon. **Anote-se.**

Afasto a preliminar de prescrição suscitado pela ré. No caso em tela deve ser observado o prazo prescricional de 5 (cinco) anos, porque se trata de dívida derivada de instrumento particular, nos termos do art. 206, § 4º, I do NCCP.

O pedido procede em parte.

Com efeito, a relação jurídica é de consumo, portanto, deve ser analisada à luz das disposições contidas na legislação consumerista (Lei nº 8.078/90).

A ré admite a inadimplência, contudo, insurge-se contra o valor apurado, alegando abusividade da cláusula que estabelece a perda do desconto por pontualidade e a imposição de multa de 2%.

O §1º da cláusula 11 do contrato de prestação de serviços assim está redigido:

“PARAGRAFO 1º - EM CASO DE FALTA DE PAGAMENTO NO VENCIMENTO, SERÃO CANCELADOS TODOS OS DESCONTOS CONCEDIDOS A QUALQUER TÍTULO, E O VALOR SERÁ ACRESCIDO DE MULTA DE 2% (DOIS PORCENTO), JUROS DE MORA DIÁRIA DE 0,03% (TRÊS CENTÉZIMOS PORCENTO), ALÉM DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DO TOTAL DOS VALORES EM ATRASO PELA APLICAÇÃO DO IGP-M “PRO RATADIES” ATÉ O DIA DA EFETIVAÇÃO DO PAGAMENTO (fls. 17).”

Trata-se do abono pontualidade.

Na jurisprudência predomina o entendimento de que a adoção do “desconto pontualidade, abono pontualidade ou prêmio por pontualidade” caracteriza verdadeira multa moratória disfarçada, a qual já foi aplicada por força da mora do devedor juntamente com os demais encargos dela decorrentes, o que torna inadmissível a cobrança, sob pena de importar em *bis in idem*, o que é vedado por nosso ordenamento jurídico, haja vista o fato de que ambas têm natureza sancionatória e encontram embasamento na mora do devedor.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

A dupla penalidade moratória, que se verifica com a perda do desconto por pontualidade somada à imposição de multa por atraso, importa violação ao disposto no Código de Defesa do Consumidor, que limita esta sanção ao máximo de 2% (art. 51, IV, X e XV do CDC).

Nesse sentido: "Escola que no contrato concede desconto na anualidade, semestralidade ou mensalidade, e não importa o motivo, honrará o prometido, a despeito de eventual mora, que, em face da relação de consumo, limita-se a dois por cento, sobre o valor, mas com o desconto. Tal cláusula de abono por pontualidade mal esconde e mal disfarça multa moratória, exigindo limitação. Por isso, acolhem-se em parte os embargos à monitoria." (TJSP; Apelação 1007017-18.2015.8.26.0302; Relator (a): Celso Pimentel; Órgão Julgador: 28ª Câmara de Direito Privado; Foro de Jaú - 3ª Vara Cível; Data do Julgamento: 28/03/2018; Data de Registro: 28/03/2018).

"Apelação. Ação monitoria. Cobrança de mensalidade escolar - Inadimplemento incontroverso - Nulidade da cláusula de cancelamento de desconto por impontualidade no pagamento - Inteligência dos artigos 51, IV e 52, §1º, do CDC - Título Executivo Judicial constituído considerando o desconto - Sentença parcialmente reformada. Recurso parcialmente provido." (TJSP; Apelação 3000940-28.2013.8.26.0431; Relator (a): Maria Cristina de Almeida Bacarim; Órgão Julgador: 29ª Câmara de Direito Privado; Foro de Pederneiras - 2ª Vara; Data do Julgamento: 28/03/2018; Data de Registro: 28/03/2018).

Assim, de rigor o reconhecimento da abusividade da cobrança da multa moratória com a perda do desconto.

Pelo exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido para condenar a ré a pagar à autora as mensalidades em aberto, acrescidas da multa de 2%, com juros e correção monetária desde o vencimento de cada parcela, devendo ser excluído do cálculo de cada parcela o valor correspondente ao desconto pontualidade, nos termos da fundamentação.

Tendo em vista a sucumbência recíproca, cada parte arcará com o pagamento das custas processuais desembolsadas.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Nos termos do artigo 85, § 14, do Código de Processo Civil, condeno o autor no pagamento dos honorários advocatícios em favor do patrono da ré, bem como a ré no pagamento dos honorários advocatícios em favor do patrono do autor, ambos fixados em 10% do valor da causa, devendo ser observado os benefícios da justiça gratuita concedidos à ré.

Publique-se. Intime-se.

São Carlos, 22 de maio de 2018.

Juiz(a) FLAVIA DE ALMEIDA MONTINGELLI ZANFERDINI

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**